



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO de 2009 (Do Senhor **Marcondes Gadelha**)

Solicita realização de Audiência Pública para debater o Acordo-Quadro de Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel e o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o Plenário dessa comissão, a realização de Reunião de Audiência Pública com a finalidade de debater o Acordo-Quadro de Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel e o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, objeto da MSC-813/2008, apresentada a esta Casa em 24/10/2008. Para esse fim, sugiro seja considerada a seguinte relação de convidados:

- **Profª Arlene Clemesha** – Historiadora, professora vinculada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, membro do comitê do United Nations Coordinating Network on Palestine;
- **Prof. Salem Nasser** – Especialista em Direito Internacional Público, professor da Escola de Direito de São Paulo (FGV-SP);
- **Jacques Gruman** – Diretor da Associação Sholem Aleihem do Rio de Janeiro (ASA); e
- **Deputado Federal Dr. Rosinha (PT-PR)** – Titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL.

JUSTIFICAÇÃO

Há 60 anos o mundo assiste ao desenrolar do conflito israelo-palestino, que vem produzindo uma chocante sucessão de catástrofes, tragédias e violações de direitos humanos fundamentais. Preocupa especialmente a ocorrência de ataques deliberados às populações civis de ambos os lados, mas com cifras espantosamente mais dramáticas do lado palestino.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A política externa brasileira para a região tem procurado se pautar pelo equilíbrio, referindo-se com pertinência ao exemplo de tolerância, diálogo e respeito representado pela coexistência amistosa das comunidades judaica e árabe no país. Reflexo desse equilíbrio é a defesa da construção da paz, por meio do estabelecimento de um Estado palestino independente e da garantia da segurança do Estado de Israel. Não obstante, o Brasil tem procurado salientar sua preocupação com o cotidiano de privações, pobreza e frustração vivido pela população palestina nos Territórios Ocupados. Em discurso na Conferência de Annapolis, realizada em 27/11/2007, o Ministro Celso Amorim sintetizou: “Vozes moderadas devem ser fortalecidas. Isso não será alcançado por palavras, ainda que eloquentes, de apreço e admiração.”

Em outubro de 2008, esta Casa recebeu a MSC-813, que submete à sua apreciação os textos do Acordo-Quadro de Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, assinado em Montevideu em 8/12/2005, e o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, assinado em Montevideu em 18/12/2007. A exposição de motivos do Ministro Celso Amorim que acompanha referida Mensagem considera a Recomendação do Parlamento do Mercosul, apresentada pelo Deputado Dr. Rosinha (PT-PR), no sentido de que o Comitê Conjunto do ALC Israel-Mercosul contemple a Resolução 242 (22/11/1967) do Conselho de Segurança da ONU, que determina a imediata retirada das forças israelenses dos territórios ocupados. A Recomendação faz referência, ainda, à decisão da Comissão Européia (25/01/2005) de excluir do âmbito do Acordo de Associação entre a União Européia e Israel, firmado em 1975, os produtos provenientes de locais submetidos à administração de Israel a partir de 1967.

Considerando a complexidade do tema em pauta, a realização de Audiência Pública com o concurso de especialistas que há tempos debruçam-se sobre o tema reveste-se de grande importância e pode contribuir de modo decisivo para uma tomada de decisão justa e equilibrada por parte dos membros da CREDN. O fito é que o Brasil e os demais países do Mercosul evitem tornar-se parte do conflito e da catástrofe humanitária dele resultante. Devem, pelo contrário, constituir-se em agentes de uma paz duradoura e do desenvolvimento econômico e social de povos que desempenham importante papel na construção de suas identidades nacionais.

Pelo exposto, solicito aos senhores e senhoras parlamentares o apoio a esta proposição.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado Marcondes Gadelha
PSB/PB